

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO PERÍODO DE 1990 A 2010

Karine Nunes de Moraes

Faculdade de Educação/UFG – Brasil

karine.ufg@gmail.com

Introdução

Este trabalho se dedica à análise e caracterização da produção acadêmica sobre educação superior (ES), particularmente sobre a expansão da ES, catalogada no Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Capes, no período compreendido entre 1990 e 2010. Buscamos identificar, caracterizar e analisar a produção sobre essa temática visando evidenciar o tratamento e tipos de análise do processo de expansão da ES e compreender em que medida o curso das políticas do governo federal trouxe para o campo acadêmico novas temáticas e categorias analíticas para o campo dos pesquisadores.

O volume de pesquisa sobre ES é crescente no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, como podemos observar no BTD/Capes. O primeiro registro no período analisado vai acontecer somente em 1999 e o número deles aumentou continuamente, registrando alguns momentos de menor produção. Diferentes áreas, linhas de pesquisa e programas de pós-graduação *stricto sensu* têm sido espaço de produção sobre a temática, o que, por sua vez, indica o crescente interesse e relevância acadêmica do tema.

A produção de teses e dissertações sobre expansão da/do Educação/Ensino Superior aumentou de modo considerável no período de 1999 a 2010. Identificamos no BTD/Capes 137 trabalhos produzidos nesse período. No mapeamento realizado, identificamos que a maioria absoluta é de dissertações, somando 103 trabalhos, concentrados em IES públicas (33), que responderam por 86 trabalhos entre teses (22), dissertações (57) e trabalhos finais de mestrados profissionais (07). As 137 teses e dissertações envolvendo a discussão sobre expansão da Educação/Ensino Superior estão vinculados a 56 IES, predominantemente universitárias, 52 delas. Notadamente as universidades federais são responsáveis pelo maior número de trabalhos abordando a temática, 66 ao todo, sendo 14 teses, 47 dissertações e 5 de mestrado profissional. Considerando o volume de trabalhos, passamos indagar como a expansão da ES foi abordada enquanto categoria de análise, quais dimensões e aspectos mais se evidenciaram e quais os principais sentidos encontrados como conjunto desta produção.

Desenvolvimento

Neste estudo pudemos constatar que a “expansão” foi analisada tanto como o processo de aumento, crescimento ou ampliação da ES como o próprio resultado desse processo. Isso implica dizer que, enquanto processo, a “expansão” se referiu ao modo como seus elementos constitutivos e constituintes se interagem, interligam-se e se modificam considerando diferentes atores e aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos para seu desenvolvimento, ou seja, o processo de expansão se referiu à complexa rede de relações estabelecidas intra e extra ES que possibilitaram seu desenvolvimento. E, enquanto resultado do processo, a análise sobre a “expansão” se referiu aos efeitos e consequências do processo sobre a ES e desta sobre o ambiente. Contudo, isso não implicou reduzir a análise da expansão da ES a uma relação do tipo causa e efeito; antes, revela a complexidade e dinâmica que lhe é inerente. Evidenciando a existência de um conjunto de forças e mecanismos internos e externos que incidem sobre o objeto e deste sobre o ambiente. Logo, podemos inferir que esta diferenciação só é possível no plano teórico, sob o risco de não compreendermos a própria dinâmica da expansão.

Pudemos observar, que as análises acerca da expansão da ES privilegiaram as dimensões quanti-qualitativa, organizacional e político-jurídica, pela articulação de ambos ou, ainda, pelo seu processo inverso e correlato de redução, retração, restrição e contenção. Para além desse conjunto de dimensões, aspectos e variáveis intrínsecos ao próprio sistema da ES, ainda puderam ser observados nos trabalhos analisados pelo menos mais duas dimensões a ele extrínsecas, que estabelecem interfaces diretas que, em maior ou menor grau, foram consideradas na análise do processo de expansão, quais sejam, a dimensão socioeconômica, política e cultural (espaço social) e a dimensão dos direitos, das obrigações e das garantias do Estado para com a educação. Também, que as análises se processaram em diferentes níveis de abrangência, caracterizados a partir do recorte espacial e temporal. Quanto ao recorte espacial, observamos que os trabalhos se dividiram entre aqueles que analisaram: a) a expansão de uma determinada IES ou ainda de um curso desta; b) a expansão de determinado curso numa cidade, estado ou país; c) a expansão da ES numa determinada cidade, estado, região ou país. Quanto ao recorte temporal, pudemos identificar quatro períodos principais nas análises desenvolvidas: a) os anos de 1990 genericamente considerados; b) o período dos mandatos do governo FHC; c) o período dos mandatos do governo Lula; d) comparação entre os governos FHC e Lula.

O estudo sobre os diferentes níveis de abrangência da produção acadêmica em análise, nos indicaram que os de abrangência mais restrita lançaram luz sobre aspectos e nuances não facilmente percebidas em um trabalho mais abrangente e, também, puderam revelar movimentos e aspectos anacrônicos e/ou contraditórios com o contexto mais amplo. Por sua vez, os trabalhos que envolveram

uma abrangência maior possibilitaram uma compreensão mais ampla das diferentes clivagens que envolvem o processo de expansão da ES, suas múltiplas relações e interações com os demais processos da sociedade. Contudo, ao mesmo tempo, tornam mais difíceis a percepção da especificidade de movimentos particulares.

O desenvolvimento da ES foi também uma temática em destaque na literatura do campo educacional. As reflexões lançam luz sobre o movimento de expansão desse nível de ensino, bem como concepções acerca dele. Revelam processos marcados, em períodos distintos, por tensões e disputas entre diferentes setores da sociedade, pelo controle hegemônico desse nível de ensino, que se revelam na definição de políticas de Estado e/ou de governo. Gravitam em torno desse processo, dentre outras, discussões concernentes à qualidade do ensino, formas de acesso, currículo, organização acadêmica, função e liberdade institucional, ou, ainda, na materialização de medidas voltadas ora à expansão ora à contenção desse nível de ensino.

Também tendem a apontar e/ou delinear o modelo de Educação/Ensino Superior, quer constituído quer em constituição, a partir da combinação de um conjunto de variáveis, dentre as quais: dispositivos legais (leis, decretos, programas governamentais); complexificação do sistema; organização institucional (universitária ou não-universitária); natureza jurídico-administrativa das IES (pública ou privada); tipos de curso (graduação, sequencial ou pós-graduação; diurno ou noturno; horário integral ou parcial) e modalidades de cursos (presencial ou a distância); estatísticas referentes ao acesso (vagas oferecidas, candidatos, ingressantes, matriculados e concluintes); corpo discente (perfil socioeconômico); corpo docente (regime de trabalho, formação e plano de carreira); trabalho acadêmico (ensino, pesquisa, extensão); localização geográfica; dentre outros.

Sobre o atual período de expansão da ES, uma gama de pesquisadores tem desenvolvido estudos considerando o processo de diversificação, diferenciação e flexibilização e agenda colocada pelas políticas do governo federal para esse nível educacional. Uma temática que tem sido cada vez mais explorada e envolvido um número maior de pesquisadores é o acesso e permanência na ES. O aumento de estudos dessa temática vai dar-se de modo articulado às políticas do governo federal para a expansão desse nível de ensino, indicando a imbricação das políticas de governo com a agenda de pesquisa na área. Cada vez mais a discussão sobre financiamento da ES tem ganhado destaque na produção acadêmica e revelado a mudança no eixo da discussão sobre o papel do Estado no financiamento da educação, passando pela problematização sobre a função da educação e papel das IES no desenvolvimento econômico e social do país. Durante o governo FHC a discussão envolvia a polarização, por um lado, da defesa da ampliação de recursos públicos somente para educação pública e, de outro, a defesa por uma postura mais gerencial e de autonomia financeira, em um contexto de franca privatização da oferta da ES, encontrando maior resistência na comunidade universitária. No governo Lula essa discussão é revigorada; contudo, a centralidade passa a ser sobre a função das IES

privadas, que, ao assumirem uma função pública, qual seja a educação, veem legitimada a transferência e/ou renúncia fiscal em favor delas mesmas, viabilizando, por exemplo, a implementação de programas tais como o Prouni ou, ainda, o financiamento direto ao estudante por meio da ampliação do Fies. Quanto à avaliação dos governos FHC e Lula, dois posicionamentos antagônicos tem gravitado na área. De um lado, os que criticam duramente as políticas e medidas empregadas por FHC, ditas privatistas e de sucateamento das Ifes, bem como, de precarização do trabalho docente. De outro lado, os que criticam o governo Lula e suas políticas de expansão e democratização do acesso à ES, por compreenderem que as estas dão continuidade à lógica do governo anterior.

Conclusões

Por diferentes perspectivas e abordagens, os estudos evidenciam que a criação, estruturação e desenvolvimento inicial da ES se processaram em meio a uma complexa correlação de forças e poder. Apontando para a formação e desenvolvimento de um sistema de ES diversificado e multifacetado, tendo na esfera privada a maior porção dentro do conjunto, sendo, contudo, na esfera pública que reside o maior potencial para o desenvolvimento qualitativo do sistema.

O estudo sobre a expansão da ES é bastante complexo, por envolver uma vasta gama de dimensões, aspectos e variáveis, exigindo do pesquisador a percepção dos elementos que o constituem, assim como de suas especificidades, que tendem a evidenciar e/ou determinar a lógica do desenvolvimento desse sistema em seu processo constante de diferenciação e diversificação. Nesse sentido, não se trata da decomposição do todo em partes ou da junção das partes para a compreensão do todo, por não se tratar de um sistema simples, rígido, imutável, asséptico, fechado em si mesmo. Antes, ele é dinâmico, em constante movimento e interação com elementos internos e externos.

Referências

Banco de teses e dissertações da Capes – período de 1990 a 2010 –
<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>